Revista Terceiro Incluído
https://revistas.ufg.br/teri/

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

| Recebido: 11 Mar. 2026 | Aceito: 12 Abr. 2026 | Publicado: 18 Abr. 2026 |

Cerrado, Águas e Identidade: A (Re)existência *Inỹ* Karajá frente ao cerco socioterritorial em Aruanã (GO)

Cerrado, Waters, and Identity: The Inỹ Karajá (Re)existence in the face of the socio-territorial siege in Aruanã (GO)

Leonardo José dos Reis Coimbra de Melo [1]
https://orcid.org/0000-0003-4460-0529

Eguimar Felício Chaveiro [2]
https://orcid.org/0000-0001-8608-2278

Resumo
Cerrado goiano, historicamente habitado por uma vasta diversidade de povos indígenas, mantém no povo *Inỹ* (Karajá) de Aruanã (GO) um de seus principais remanescentes e símbolos de resistência. O questionamento central que embasa esta pesquisa é: como o povo *Inỹ* (Karajá) articula sua identidade sócio-histórica diante dos contínuos conflitos territoriais e do avanço de frentes exploratórias no Vale do Araguaia. O recorte empírico foca nas aldeias *Buridina* e *BdèBure* em Aruanã (GO). Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, fundamentada na perspectiva decolonial. Os procedimentos envolveram levantamento bibliográfico, análise documental de bases cartográficas do Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG-GO) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e a realização de trabalho de campo, utilizando como técnicas de coleta a observação participante, conversa etnográfica e elaboração de diário de campo. A análise dos dados orientou-se pelo cruzamento entre as narrativas orais coletadas, os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a fundamentação teórica. A partir desse viés, o estudo rompe com visões colonizadoras, compreendendo os *Inỹ* (Karajá) como interlocutores ativos de sua própria história. A dimensão analítica evidencia que as estratégias de salvaguarda da identidade desse povo operam em tensão direta com a urbanização, o turismo predatório e a expansão da pecuária. Considerando o estágio inicial da pesquisa, observa-se que o Cerrado goiano constitui o alicerce vital para a soberania do povo *Inỹ* (Karajá), onde a memória e o território funcionam como dispositivos de resistência contra agentes hegemônicos que pressionam suas fronteiras físicas e simbólicas.

Palavras-Chave: Povo indígena; Conflitos socioambientais; Práticas culturais; Conservação ambiental.

[1] Doutorando em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, leodemelo87@gmail.com.

[2] Doutor em Geografia, Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, eguimar@hotmail.com.

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

Abstract
The Cerrado of Goiás, historically inhabited by a wide diversity of Indigenous peoples, retains in the *Inỹ* (Karajá) people of Aruanã (GO) one of its main enduring populations and symbols of resistance. The central question guiding this research is: how do the *Inỹ* (Karajá) articulate their socio-historical identity in the face of ongoing territorial conflicts and the expansion of extractive frontiers in the Araguaia Valley? The empirical scope focuses on the *Buridina* and *BdèBure* villages in Aruanã (GO). Methodologically, the study adopts an exploratory qualitative approach grounded in a decolonial perspective. The procedures included a literature review, documentary analysis of cartographic databases from the State Geoinformation System (SIEG-GO) and the National Foundation of Indigenous Peoples (FUNAI), as well as fieldwork. Data collection techniques comprised participant observation, ethnographic conversations, and keeping a field diary. Data analysis was guided by the intersection of oral narratives, official data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), and the theoretical framework. From this perspective, the study breaks with colonizing approaches, recognizing the *Inỹ* (Karajá) as active interlocutors of their own history. The analytical dimension reveals that the strategies for safeguarding this people's identity operate in direct tension with urbanization, predatory tourism, and the expansion of cattle ranching. Considering the preliminary stage of the research, it is observed that the Cerrado of Goiás constitutes a vital foundation for the sovereignty of the *Inỹ* (Karajá), where memory and territory function as devices of resistance against hegemonic forces that pressure their physical and symbolic boundaries.

Keywords: Indigenous People; Socio-environmental conflicts; Cultural practices; Environmental conservation.

Introdução

Os territórios indígenas integram a própria constituição de suas identidades, pois são impregnados de valores materiais, simbólicos e subjetivos pelos quais esses povos vivenciam e experienciam o mundo. Assim, o Cerrado goiano também ganha um caráter de 'sentido de vida' para o povo *Inỹ* (Karajá), visto que as relações engendradas entre este povo e esse território são complexas. Dessa forma, busca-se, a partir dessas reflexões, compreender a relação sócio-histórica dos *Inỹ* (Karajá) com o Cerrado, por intermédio do processo de (re)existência, desde a chegada dos primeiros exploradores em Goiás, no século XVIII, até as situações que ocorrem na atualidade, no século XXI.

A problemática abordada reside no encontro entre a intensa conexão identitária do povo *Inỹ* (Karajá) com o Cerrado goiano, base de sua cultura e modo de vida, e as constantes ameaças de agentes econômicos (exploradores, fazendeiros, grileiros, mineradoras, turismo e poder público) sobre seu território. Tal cenário impõe contínuas estratégias para a manutenção da vida frente a um longo histórico de violências e expropriações por atores hegemônicos que enxergam o Cerrado apenas como recurso a ser explorado. Para os povos indígenas, a destruição do território não significa apenas a perda de um espaço físico, mas a desestruturação de sua própria identidade e tradições.

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

O questionamento ao qual está ancorado estas reflexões é: Como o povo *Inỹ* (Karajá) do estado de Goiás constrói e articula sua (re)existência e identidade sócio-histórica diante dos contínuos conflitos territoriais e do avanço de frentes exploratórias no Cerrado goiano?

Adotou-se a abordagem qualitativa e, quanto ao procedimento metodológico, utilizou-se o levantamento bibliográfico e a coleta de dados por meio de trabalho de campo em etapa inicial. Esta imersão, realizada no mês de fevereiro de 2026, configurou-se como uma fase de aproximação e reconhecimento territorial nas aldeias *Buridina* e *BdèBure* Aruanã (GO). Tal etapa constitui o marco preliminar de um cronograma de visitas sistemáticas, sobre o qual serão desenvolvidas as fases subsequentes de adensamento das escutas etnográficas, permitindo a maturação das análises.

O recorte empírico foca-se nas aldeias *Buridina* e *BdèBure* e, no município de Aruanã (GO). O objetivo específico do campo foi identificar as marcas da territorialidade *Inỹ* (Karajá) em zonas de contato urbano-indígena e observar as tensões espaciais derivadas do turismo predatório, da expansão urbana e do avanço da pecuária. Os procedimentos envolveram a elaboração de diário de campo para registros densos das dinâmicas cotidianas. A coleta de dados primários valeu-se da observação do campo de pesquisa, e de conversas etnográficas e da escuta sensível junto às lideranças, método que privilegiou a horizontalidade narrativa. Para a interpretação do material, pautou-se pelo giro decolonial (Quijano, 2005, 2009; Mignolo, 2002, 2003, 2008), utilizado para confrontar as ausências e emergências produzidas pelo saber eurocentrado.

A justificativa para o uso da perspectiva analítica decolonial reside na necessidade de desafiar a dimensão puramente métrica do espaço, que silencia os sentidos de vida *Inỹ* (Karajá). O modo de análise pautou-se pelo exame indutivo entre as narrativas orais, os dados oficiais disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e a revisão bibliográfica. Busca-se, assim, romper com a visão colonizadora, analisando como as territorialidades indígenas sobrevivem às tentativas de ‘desumanização’, tratando o povo *Inỹ* (Karajá) não como vítimas passivas, mas como interlocutores ativos de sua própria (re)existência.

Para a construção das reflexões, utilizou-se levantamento bibliográfico de autores como Moura (2006a; 2006b), Chaveiro (2010), Trindade (2016), Vieira (2018), Silva, Lima e Souza (2018), Almeida (2019) e Ravagnani (1986). A seleção dessas fontes obedeceu ao critério de representatividade na produção geográfica e histórica goiana, permitindo a análise crítica entre as fontes clássicas e a produção contemporânea. A contribuição destas reflexões faz-se presente na análise da (re)existência do povo *Inỹ* (Karajá) frente ao fenômeno específico da urbanização, do turismo predatório e do avanço da pecuária em Aruanã (GO), vislumbrando como a memória opera como ferramenta de gestão territorial e salvaguarda identitária.

A estrutura deste artigo reflete a própria trajetória de expropriação indígena. A primeira seção aborda a matriz socioespacial do Cerrado; o segundo momento foca na ruptura colonial do século XVIII; na sequência, discute-se a institucionalização do domínio via políticas de aldeamento. A quarta seção

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

direciona as análises para o Vale do Araguaia, articulando os dados preliminares de campo às práticas de resistência. Por fim, as considerações finais amarram a síntese dessas tensões, realizando um balanço dos apontamentos iniciais levantados.

O Cerrado Goiano: Território Indígena

As pesquisas arqueológicas sobre a ancestralidade da ocupação humana demonstram que "os primeiros habitantes do Cerrado datam de 13 mil anos atrás, provavelmente originários da América do Norte, alcançando a América do Sul através do istmo do Panamá" (Vilela; Soares; Wagner, 2020, p. 90). Esses grupos humanos que chegaram ao Cerrado encontraram "uma nova fonte de recursos naturais tanto para coleta de vegetais, como para caça de animais de pequeno e médio porte, se adaptando às condições desse bioma" (Trindade, 2016, p. 19).

Assim, os primeiros indígenas habitantes do Cerrado organizavam-se em coletividades baseadas em laços de parentesco. Eram sociedades articuladas e que mantinham hábitos multiterritoriais, pois circulavam por um repertório territorial conhecido e apto aos seus modos de vida, em busca de recursos disponíveis de acordo com cada estação. Já no período entre quatro e seis mil anos atrás, em decorrência de mudanças climáticas, as populações começaram a praticar a agricultura, integrando-a aos seus sistemas de alimentação.

Nesse contexto Trindade (2016, p. 20) apresenta:

> Diferente do que aconteceu em outros biomas, a sua ocupação significou uma adaptação de suas populações às possibilidades de sobrevivência por ele oferecida. Tais possibilidades foram se alterando à medida que foram havendo mudanças nas áreas ocupadas pelo bioma, bem como com as modificações climáticas e ambientais ocorridas no passar de milhares de anos

As transformações que ocorrem favoreceram o deslocamento de grupos humanos para o território do Cerrado, além da mudança no uso dos recursos, adoção de novas estratégias e adaptações para a sobrevivência. A imposição do modelo colonizador europeu representou um marco violento de ruptura, desencadeando a ruína das formas tradicionais de organização social e provocando alterações profundas na cultura dos povos indígenas (RIBEIRO, 2005).

Nesse contexto Chaveiro (2010) adverte que a matriz socioespacial do Cerrado está baseada nos povos indígenas, visto que, estes interlocutores foram os primeiros nesse território, e que a partir, das suas vivências seus saberes sobre as plantas, águas e valores de vida da biodiversidade desse "biomaterritório" tornaram-se os protagonistas nesse bioma. Dessa maneira, evidencia-se a relação que os povos indígenas possuíam com Cerrado, elaborando modos de vida pautados aos elementos que esse disponha a eles, a forte ligação entre suas vidas e práticas de sobrevivência são baseadas nesse território, elaborando suas territorialidades e modos de vida.

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

Assim Chaveiro (2010, p. 70) delibera que:

> Esses usos são praticados por intermédio de estratégias de apropriação de espécies da fauna e da flora. Decorrem dessas estratégias, os saberes dos sujeitos e as intenções para as quais usam. Ora, ao conceber dessa maneira, pode-se dizer que a trama da apropriação da biodiversidade do Cerrado, além de envolver a cultura como mediação, gerando a culturalização da natureza, define-se um modo de gestão.

Os povos indígenas apropriaram-se tradicionalmente do território do Cerrado, de seus recursos e a partir disso elaboram os seus saberes. Constroem suas culturas baseadas nesses conhecimentos e no próprio bioma, consolidando um modo de vida simbiótico a este e por intermédio desse.

Ainda de acordo com Chaveiro (2010), o Cerrado possui características físico-territoriais peculiares, tais como a potencialidade hídrica, seus solos profundos, a condição de seu relevo com formas altimétricas elevadas e sua localização centralizada no país, que o coloca em contato orgânico-espacial com outros biomas. Essas características interferem diretamente na forma de apropriação e elaboração dos conhecimentos dos povos indígenas, pois são elementos típicos desse território.

Os povos indígenas se estabeleceram e elaboraram estratégias para a apropriação não apenas dos elementos físicos-naturais do Cerrado, mas também, assimilaram culturalmente seus ambientes. Como Almeida (2019, p. 15-16) evidência:

> Importante lembrar que a sociedade brasileira desprezou os conhecimentos de vários grupos tradicionais, como os índios e os povos cerradeiros [...]. Contudo, as populações que permaneceram nas áreas remanescentes do bioma Cerrado vêm delineando suas configurações e funções de vida entre os significados tradicionais e valores modernos.

Nessa conjuntura os povos indígenas goianos remanescentes, a exemplo os *Inỹ* (Karajá), resistem e se adaptam às novas realidades sem perder seus conhecimentos ancestrais, que têm como base territorial o Cerrado. Esses povos, também, se reinventam sem abandonar suas origens, pautadas no uso sustentável dos recursos naturais e na preservação desse território, (re)criam suas identidades territoriais que possuem intima ligação com esse bioma.

O Cerrado, precisa ser compreendido, também, enquanto território indígena, conforme sustenta Silva (2009, p. 47), pois esse é marcado pela ocupação simbólica, mas também se volta para a sobrevivência "[...] então, é significado culturalmente e marcado pela história de um povo, por eventos significativos e por lugares também marcados pela ação humana". A autora destaca que a apropriação material e subjetiva ocorrida nesse território, as vivências elaboradas, envolve as inter-relações sociais e ambientais estabelecidas.

Haesbaert (2005, p. 6776) afirma que o território necessariamente envolve diferentes combinações, tanto funcional quanto simbolicamente, uma vez que o domínio é exercido sobre o espaço, pois, ali são realizadas 'funções', mas também, possuem significados subjetivos. Nesse contexto o território do Cerrado goiano, para o povo *Inỹ* (Karajá), ao mesmo tempo que possui funcionalidades,

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

enquanto espaço físico e material, também ganha uma dimensão expressiva. Os significados e representações são organizadas a partir das relações constituídas com esse território e os lugares que o constitui.

Dimensão Histórico-Espacial: Povoamento colonizador em Goiás

O território goiano, embora tenha apresentado efetivos focos de povoamento colonizador a partir do século XVIII, já era conhecido por exploradores desde o final do século XVI. A ocupação permanente pelos bandeirantes deu-se a partir da chegada de Bartolomeu Bueno da Silva, após a descoberta do ouro nessa região. Assim, fundou-se o primeiro povoado do estado, recebendo o nome de Vila de Sant'Anna, posteriormente nomeado como Vila Boa de Goyas (atual cidade de Goiás), construída às margens do Rio Vermelho (Melo, 2008).

Corroborando tal fato, Moura (2006a) afirma que a região de Goiás já havia sido explorada desde o século XVI, por meio da ação dos bandeirantes, quando várias bandeiras percorriam as regiões interioranas do estado em busca de capturar e escravizar os indígenas.

Entretanto, Vieira (2018, p. 173) salienta:

> Os benefícios oferecidos para o povoamento Goiás, no início do século XVIII revelam a importância que a capitania adquiriu desde a época da mineração, mas indica também a dificuldade de encontrar pessoas dispostas a se embrenharem no interior do Brasil. A dificuldade de se promover a interiorização do País se deve à falta de recursos humanos e à veiculação de uma representação do "sertão", como um lugar distante, inóspito e repleto de indígenas "selvagens". Nesse sentido, o sertão opunha-se e definia-se em relação ao litoral tido como civilizado e urbanizado.

Outrossim, é importante destacar que esse momento marca a chegada desses exploradores ao Cerrado goiano, interessados na extração do ouro, minério recém-descoberto nessa região. Entretanto, este não era um território desabitado, pois aqui já viviam povos indígenas há aproximadamente 13.000 anos. Chaim (1983) destaca a existência de vários povos que habitavam Goiás, agrupando-os de acordo com a região em que viviam. Dentre eles, a autora destaca: os *Arãe*, *Arachá*, *Crichá*, *Caiapó*, *Acroá*, Xacriabá, *Xavante*, Canoeiro, *Apinagé*, *Tapirapé*, *Cururu*, *Mangariruba*, *Craya*, *Javaé*, Carajá, *Gradáu*, *Tessemeu* e *Amadu-Guaia-Guast*.

Segundo Melo (2008), a partir da segunda metade do século XVII, outros povos indígenas chegaram a Goiás forçados pelos conflitos com os exploradores nas regiões mais litorâneas do país. O autor destaca a chegada dos povos *Tupi, Amoipira, Tupinãe, Tabajara, Aricobé* e *Tupinambá*. A população indígena em Goiás anterior à chegada dos exploradores torna-se impossível de quantificar; contudo, de acordo com estimativas, seria de aproximadamente 50.000 indivíduos distribuídos em vários povos distintos. Os cálculos são imprecisos em decorrência do fato de que, com o avanço exploratório, povos inteiros foram exterminados, não restando registros, ou deixando apenas poucas informações, como, por exemplo, os *Goya* (*Goyazes*) e os *Araxá*.

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

Vieira (2018, p. 173) destaca que o consenso existente entre as autoridades era o de que a conquista do sertão goiano dependia do domínio dos povos indígenas. Estes deveriam contribuir com os exploradores e não oferecer resistência, colaborando por meio de negociações ou pela força: "[...] dentre as estratégias dos sertanistas consta o recurso usado por Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera), que tocou fogo na aguardente e ameaçou fazer o mesmo com os rios. Havia ainda sertanistas que prendiam as mulheres para obrigar os indígenas a contribuírem".

Sob essas circunstâncias, Chaim (1983, p. 53) expõe:

> Quando os primeiros brancos pisaram o solo goiano, o elemento nativo encontrado era levado como escravo para São Paulo de Piratininga, de tal violência foi investida dos brancos contra os nativos, que grupos tribais desapareceram no primeiro século da colonização. Tal aconteceu com os Goyá que foram escravizados por Bartolomeu Bueno da Silva Filho e seus companheiros.

Nesse sentido, é fundamental destacar a diversidade étnica dos povos indígenas que habitavam o território do Cerrado goiano antes e nos anos iniciais da investida dos primeiros exploradores. Suas terras, recursos e seus corpos foram expropriados em um processo perverso de violência e dominação. Ainda assim, o protagonismo indígena é relegado às margens da história ou colocado em segundo plano, assim como as suas narrativas.

Sobre isso, Moura (2006b, p. 32) destaca:

> Em Goiás, a principal bandeira foi a de Bartolomeu Bueno da Silva, apelidado de 'Anhanguera' pelos índios Goyá. A esse bandeirante paulista couberam as 'glorias do descobrimento de Goiás', em 1682, quando, a frente de uma numerosa bandeira, atravessou o sul de Goiás e foi até o Araguaia (Alencastre, 1979, p.28), em busca de indígenas para serem vendidos como escravos e procurando o sonhado Eldorado das terras dos índios Goyá. Entre os principais grupos os quais Bartolomeu Bueno da Silva defrontou-se estavam os hoje extintos Araé e Goyá.

Um exemplo emblemático é o bandeirante Anhanguera, que utilizou métodos intimidatórios, exploratórios, cruéis e de caráter desumanizador contra os povos indígenas goianos e, ainda assim, é lembrado como um 'desbravador', sendo homenageado por meio de monumentos e na toponímia de ruas, avenidas e cidades em Goiás.

Questionando essa lógica, Vieira (2018, p. 174) apresenta que os povos indígenas tiveram, sim, protagonismo: "A frequência tanto das ações violentas quanto das negociações demonstra o protagonismo dos grupos indígenas, que não ficaram passivos diante do avanço da conquista territorial [...]". Fato esse que fazia os exploradores associarem a presença indígena à decadência de Goiás.

As informações existentes sobre os povos indígenas goianos são relatos de viajantes do período da chegada dos bandeirantes, não existindo testemunhos dos próprios indígenas em documentos oficiais do governo. O que resta atualmente é apenas a visão de viajantes e etnógrafos do século XIX sobre os povos sobreviventes do conflituoso encontro entre indígenas e não indígenas em terras goianas (Silva; Lima; Souza, 2018).

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

Assim, evidencia-se que os relatos sobre os povos indígenas abordam apenas o período pós-chegada dos exploradores, subsequente a um violento contato. Essa situação exterminou e/ou desestruturou vários povos, o que impossibilitou retratar suas vidas antes da chegada dos não indígenas.

Diante desse cenário, Vieira (2018, p. 179-180) ressalta que:

> As narrativas que colocam o indígena como um obstáculo, como uma pedra atrapalhando o percurso do desenvolvimento, têm nítidos propósitos políticos e econômicos, servindo para justificar a conquista territorial. Ao atrelar a periculosidade indígena à decadência provincial, a elite política e intelectual do Brasil-Império veicula a visão europeizante, que estava presente desde os primeiros escritos coloniais. Dentro dessa perspectiva, enuncia-se que: em nome do progresso econômico, da civilização e da catequese, os atos de conquista foram e são inevitáveis. A história goiana construída no século XIX, baseada nas memórias deixadas pelo colonizador, é uma história que critica e ao mesmo tempo justifica a conquista. Dentro da lógica capitalista e os padrões culturais ocidentais, não havia outra opção. Só podia ser assim

A visão dos exploradores, que concebia o indígena como um 'ser selvagem', desprovido de humanidade e um obstáculo para a extração dos recursos naturais e minerais presentes em Goiás, não permitiu aprofundar os conhecimentos sobre esses povos, seus modos de vida, sua relação com o ambiente e sua cosmovisão. Os povos indígenas foram tratados como subalternos, que deveriam ser conquistados, civilizados, catequizados e adaptados ao padrão mercantil dos exploradores; quando isso não funcionava, povos inteiros eram exterminados.

Como aponta Santos (1998, p. 208) ao discutir o impacto de paradigmas dominantes:

> O epistemicídio é o processo político-cultural através do qual se mata ou destrói o conhecimento produzido por grupos sociais subordinados, como via para manter ou aprofundar essa subordinação. Historicamente, o genocídio tem estado com frequência associado ao epistemicídio. Por exemplo, na expansão europeia o epistemicídio (destruição do conhecimento indígena) foi necessário para 'justificar' o genocídio do qual foram vítimas os indígenas.

O epistemicídio dos povos indígenas goianos constituiu um processo real. Mesmo tendo usurpado os territórios do Cerrado e se apropriado dos conhecimentos espaciais dos povos nativos, os exploradores promoveram o apagamento sistemático desses saberes, caminhando lado a lado com o extermínio físico desses povos.

Como desdobramento dessa dupla violência, as territorialidades e a cultura dos povos indígenas goianos foram negadas na tentativa de legitimar um projeto colonizador. Embora as narrativas retratem os conflitos e uma possível hostilidade dos indígenas contra os não indígenas ao defenderem suas vidas e seus territórios, sem o profundo conhecimento indígena, o projeto de dominação do território goiano não teria êxito. As vitórias alcançadas pelos exploradores foram possíveis não apenas devido às técnicas de guerra, mas também ao conhecimento sobre o território e à alimentação, sendo estes dois últimos adquiridos dos próprios indígenas (Vieira, 2018).

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

A Política de Aldeamento em Goiás

A partir da descoberta de ouro em Goiás, por volta do ano de 1725, iniciou-se efetivamente o povoamento do território goiano pelos não indígenas. Em vinte e cinco anos, houve um aumento da população, chegando a quase trinta mil habitantes. Dessa população, aproximadamente dez mil eram mineradores, atraídos pela ganância em explorar o ouro outrora descoberto. Nesse contexto, os povos indígenas, residentes seculares desse território, começaram a ser escravizados e expulsos de suas terras. Antes do período da mineração, os exploradores buscavam o afastamento em relação aos povos indígenas, pois não queriam ser incomodados. Posteriormente, com a escassez das minas, esses povos indígenas, que haviam se recolhido em regiões mais interioranas do estado, passaram a ser perturbados (Ravagnani, 1986-1987).

Como forma de resistência a essas perturbações, segundo Oliveira (2006), os ataques dos indígenas dificultaram a atividade aurífera. Os mineradores e seus escravos, além do desafio diário para a exploração do ouro e a produção de alimentos, também conviviam com a tensão de manter recursos para a defesa do território. O Cerrado se tornou uma arena em disputa, com os exploradores ávidos por terras, recursos vegetais e minerais, e os povos indígenas lutando por seus territórios e tradições. Ataques e represálias violentas marcaram o período, evidenciando a brutalidade dos conflitos.

A estratégia para conter essa instabilidade, segundo Moura (2006b), foi a criação dos aldeamentos em Goiás, sendo necessário contar com a colaboração dos indígenas, para que se deslocassem para as fazendas ou localidades designadas e recebessem 'proteção' dos administradores. A autora também destaca que os indígenas que não colaboravam eram caçados e levados à força para o aldeamento; em casos mais extremos, especialmente em contato com povos não subservientes à vontade dos exploradores, estes eram completamente dizimados.

Nessa lógica territorial, os primeiros aldeamentos em Goiás, criados a partir de 1741, visavam controlar e remover indígenas de suas terras tradicionais, atendendo aos interesses coloniais. Segundo Ravagnani (1986-1987), esses 'quartéis-aldeamentos' serviam como bases militares para conter ataques indígenas aos comboios de ouro na rota São Paulo-Goiás. Os *Bororó*, trazidos de Cuiabá, foram alocados nesses locais para combater os *Kayapó*. Essa imposição violenta marcou o início da política de aldeamentos no estado.

O modelo de aldeamento utilizado reunia vários povos indígenas distintos e os alocava em territórios determinados, que, na maioria dos casos, não eram os seus de origem. Essa prática visava 'civilizá-los' segundo o modelo de vida do explorador e cristianizá-los. Como demonstra Moura (2006b, p. 29-30):

> A prática de aldear, concentrar ou reunir diferentes grupos indígenas em um mesmo local (aldeamento) foi iniciada, no Brasil, em meados do século XVI e estendeu-se até o XIX. O aldeamento tinha como objetivos a cristianização condições locais e políticas adotadas em cada região e época, em conformidade com as leis e códigos de Portugal.

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

Os aldeamentos Duro e Formiga, administrados pelos jesuítas, faziam parte da Missão São Francisco Xavier. Atritos com o governo pelo controle dessas áreas marcaram a breve presença jesuíta. Em 1754, o governo assumiu a administração, gerando discordância e a fuga dos indígenas, o que reiniciou os ataques na região.

Segundo Ravagnani (1986-1987), esse contexto marca a primeira fase dos aldeamentos em Goiás, que ocorreu entre 1741 e 1751, coincidindo com o apogeu da exploração do ouro no estado no século XVIII. Após o abandono das políticas indigenistas e o esgotamento do ouro nas minas, os colonos fizeram a transição da atividade mineradora para a agropecuária. Isso demandou a busca por novas terras para a formação de pastagens e a criação de gado, associada à incessante procura por ouro em outras áreas do Cerrado goiano, o que gerou novos conflitos entre indígenas e não indígenas na disputa pelo território.

A segunda fase dos aldeamentos em Goiás foi marcada pela construção de São José de Mossâmedes, Vasconcelos, Nova Beira, Maria I, Carretão (ou Pedro III), Salinas (ou Boa Vista) e Estiva. Ao referir-se a essa segunda etapa, Ravagnani (1987, p. 138) menciona:

> com a criação da Estiva encerrou o período que considerei como sendo a segunda fase dos aldeamentos na província de Goiás, iniciada com a criação de São José de Mossamedes em 1774. Durou 13 anos – se consideramos o término em 1788, data da edificação de Salinas – uma vez que se ignora a de Estiva. Suponho que deva ser contemporâneo daquele. Com esta fase findam também os aldeamentos do século XVII.

A primeira e a segunda fase contabilizaram a criação de mais 12 aldeamentos, embora apresentassem diferenças marcantes entre si. A primeira fase destacou-se pela ausência da necessidade de mão de obra indígena na mineração; o objetivo era apenas pacificar e confinar os indígenas. Os povos considerados agressivos foram massacrados, e os sobreviventes eram levados para os aldeamentos. Já a segunda fase, foi marcada pela decadência da mineração em Goiás, alterando a realidade econômica e as relações interétnicas. Os indígenas passaram a ser utilizados como mão de obra, especialmente na navegação e na pecuária. Além disso, os povos 'pacificados' foram instrumentalizados para auxiliar na conquista e no extermínio de outros grupos (Ravagnani, 1986-1987).

Enquanto Ravagnani (1986-1987) aponta a existência dessas duas primeiras fases, a historiografia registra, posteriormente, o estabelecimento de mais duas etapas. Durante esse período contínuo, foram construídos mais oito aldeamentos no estado, totalizando vinte aldeamentos entre os anos de 1741 e 1872.

Cada fase foi caracterizada pelas condições econômicas predominantes. Conforme destacado por Moura (2006b, p. 34-35), na terceira fase (a partir de 1824), foram construídos os aldeamentos de Carolina, no norte do estado de Goiás, para os *Apinajé*, *Otajé* e *Afotijé*; e Graciosa, na margem direita do rio Tocantins, para os Xerente. A quarta fase, marcada pelo auge do comércio fluvial, englobou: Boa Vista (1841), em península entre os rios Araguaia e Tocantins, para os *Apinajé*, *Gradahús*, *Caraó*

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

(*Krahó*) e *Afotijé*; São Joaquim do Jamimbú (1845), na margem direita do Araguaia (perto de Salinas), para os Karajá e, depois, *Xavante*, *Xerente* e Canoeiros; Pedro Afonso/Rio do Sono (1849), no norte de Goiás (atual Tocantins), para os *Krahó*; Teresa Cristina/Piabanha (1851), na margem direita do Tocantins (norte da província), para os *Xerente* e *Xavante*; São José do Araguaia (1863), nas margens do Araguaia, para os *Xavante* e Karajá (transferidos de Salinas e Estiva); e *Xambioá* (1872), nas margens do Araguaia, para os *Xambioá*.

Moura (2006b) menciona que os aldeamentos tiveram vida curta e destaca alguns motivos estruturais: as doenças oriundas dos exploradores e das populações negras escravizadas; o temor da dizimação e dos maus-tratos, que motivava fugas; a hostilidade dos colonos; e a escravização dos próprios indígenas aldeados. Nessa mesma direção, Chaim (1983) sublinha a intensa mobilidade dos povos indígenas em Goiás, alguns chegando aos aldeamentos, outros sendo expropriados de seus territórios e muitos fugindo para localidades distantes. A economia nos aldeamentos era falha, somando-se a isso a cobiça dos administradores, visto que não eram raros os casos de exploração do trabalho escravo indígena, nesse período.

Portanto, os aldeamentos em Goiás não foram criados para o benefício dos povos indígenas, mas operaram como uma política de exploração, expropriação e extermínio étnico. Essa dinâmica impôs aos indígenas a perda de seus territórios tradicionais em prol da lógica de dominação espacial promovida pelos exploradores em conjunto com os governantes, provocando o verdadeiro aniquilamento de populações inteiras que habitavam o Cerrado goiano.

Povo *Inỹ* (Karajá) De Aruanã - GO

O Cerrado goiano, outrora habitado por inúmeros povos indígenas que detinham seus territórios tradicionais, mantém, no povo *Inỹ* (Karajá), um de seus remanescentes. Esse povo empenha-se na preservação de seu território, bem como na manutenção de suas práticas culturais e modos de vida. A autodenominação do povo Karajá é *Inỹ*, que significa “nós” ou “nós mesmos”. Eles estão divididos em três subgrupos: Karajá, *Javaé* e *Xambioá*, que fazem parte do tronco linguístico Macro-Jê. Conforme Rodrigues (1993), esses grupos possuem escrita e dialetos específicos.

O termo 'Karajá', pelo qual se tornaram amplamente conhecidos, constitui-se de origem tupi, com significado aproximado de 'macaco grande', atribuído aos *Inỹ* no contexto do contato. Os registros históricos dos séculos XVI e XVII já traziam menções incertas a variações como 'Caraiaúnas' ou 'Carajaúna'. No âmbito da literatura antropológica, a nomenclatura passou pela grafia 'Carajahí', sugerida por Ehrenreich em 1888, até ser definitivamente consolidada como 'Karajá' por Krause, em 1908 (Instituto Socioambiental, 2026).

De acordo com dados do censo demográfico do IBGE (2023), o povo *Inỹ* soma aproximadamente 6.123 indígenas, subdivididos entre os grupos Karajá (4.326), *Javaé* (1.542) e *Xambioá* (255) e, estão distribuídos em cerca de 29 aldeias ao longo do vale do rio Araguaia, o *Berohokỹ*,

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

como é nomeado na língua *Inỹrybé*, abrangendo territórios nos estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará. Deste contingente macrorregional, destaca-se a parcela do povo *Inỹ* (Karajá) residente no município de Aruanã (GO), que totaliza cerca de 451 pessoas, territorializadas em duas aldeias: *Buridina* e *BdèBure*.

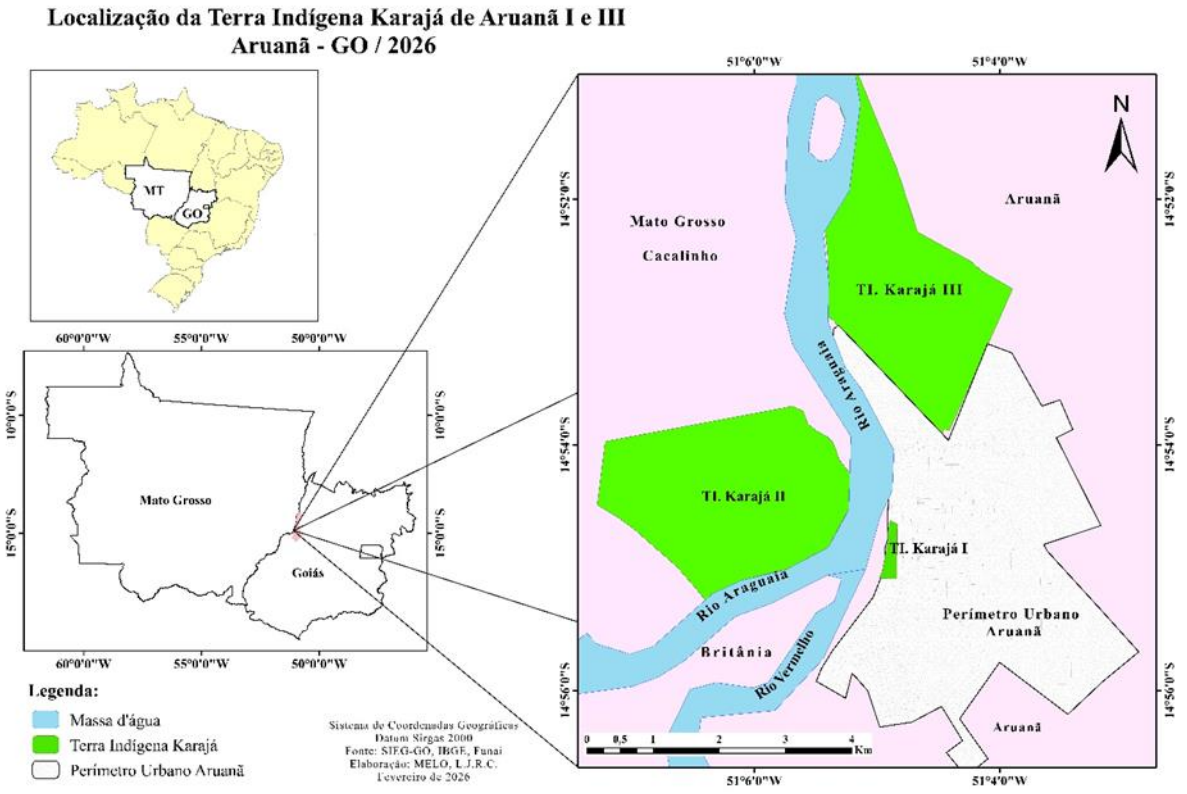
A organização social nas aldeias do povo *Inỹ* (Karajá) fundamenta-se em uma estrutura de parentesco e na forte presença da família, que orienta a ocupação do espaço e a divisão das atividades cotidianas. Nessa dinâmica, os anciãos e as lideranças (como as cacicas e professores indígenas) assumem um papel central não apenas na governança comunitária, mas como os guardiões primordiais da sabedoria do povo *Inỹ* (Karajá). É essa estrutura socioterritorial, baseada no respeito aos mais velhos, que salvaguarda a memória coletiva. Por meio dela, os saberes ancestrais sobre o tempo, a natureza e a cultura são transmitidos às novas gerações, fortalecendo a unidade coletiva e a autodeterminação do povo frente ao contato interétnico.

A homologação da Terra Indígena (TI) do povo *Inỹ* (Karajá) ocorreu somente no ano de 2000. O território consiste em 3 áreas não contínuas, sendo as áreas I, III e a Aldeia localizada no município de Aruanã (GO), e a área II situada na margem oposta do rio Araguaia, no município de Cocalinho (Mato Grosso) (Silva; Lima; Souza, 2018).

Para compreender a materialização territorial da (re)existência do povo *Inỹ* (Karajá), é fundamental analisar a atual configuração espacial da TI no vale do rio Araguaia. A figura 1 apresenta a localização da TI Karajá de Aruanã (GO), situada na fronteira natural entre os estados de Goiás e Mato Grosso. O mapa mostra onde fica esse território e aponta dois aspectos principais: ele depende muito dos rios Araguaia e Vermelho e está bem próximo ao perímetro urbano da cidade de Aruanã (GO). Essa vizinhança limítrofe ilustra fisicamente as fronteiras de tensão, onde os modos de vida tradicionais enfrentam as dinâmicas de expansão da cidade e as pressões das atividades econômicas locais.

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

Figura 1: Mapa Localização da Terra Indígena Karajá I e III - Aruanã - GO / 2026.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base em SIEG-GO; FUNAI e IBGE.

Nesse contexto socioespacial de Aruanã (GO), a presença do povo *Inỹ* (Karajá) territorializados nas aldeias *Buridina* e *BdèBure* consolida dinâmicas singulares de (re)existência. Sobre essa realidade, Filoche e Lima (2013, p. 69) pontuam:

> Historicamente o vale do Araguaia sempre foi território desse povo indígena. Eles fixaram-se no território reconhecido hoje como estado de Goiás, no início do século passado, quando passaram a viver em aldeias. A pressão exercida sobre eles fez com que muitos abandonassem o local. Alguns Karajá ficaram; a população cresceu e o espaço a que estavam confinados ficou pequeno. A partir de 1994, os Karajá começaram uma luta pela sobrevivência física e cultural, que passava pela recuperação de seus territórios tradicionais.

Mesmo com a garantia da posse dessas terras, que constituem apenas fragmentos do território tradicional historicamente ocupado e fundamental para os seus modos de vida, os *Inỹ* (Karajá) enfrentam problemas antigos e contemporâneos. As tentativas de expropriação de seus territórios continuam presentes, impulsionadas agora não apenas por fazendeiros, grileiros e mineradores, mas também por grandes empresas da produção agrícola e por empreendimentos turísticos.

A área atualmente demarcada como TI representa apenas uma fração do território original do povo *Inỹ* (Karajá), conforme relatos dos próprios indígenas. Filoche e Lima (2013), evidenciam que esse povo sempre viveu na região da bacia do rio Tocantins. Com o avanço dos interesses ligados ao turismo

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

e às atividades da pecuária e do agronegócio no entorno, ocorreram novas tentativas de expropriação, o que desencadeou um contínuo processo de resistência por parte desse povo.

Lima (2010) destaca que essa redução espacial, consolidada após a demarcação, dificultou a coleta da matéria-prima utilizada na produção de artesanato. Outro fator que agrava essa dificuldade é a degradação ambiental presente no município de Aruanã (GO), para a qual as propriedades privadas do entorno também contribuem. Antes da demarcação, houve um desmatamento intenso da área, além da ocorrência de alagamentos nas Áreas II e III, dinâmicas que impossibilitam o cultivo de roças durante grande parte do ano.

Dessa forma, as atividades de caça, pesca e extrativismo, que formam a base da reprodução material da vida *Inỹ* (Karajá), ficam severamente limitadas. Esse povo encontra-se confinado não apenas na dimensão físico-territorial, mas também na esfera sociocultural, em decorrência do avanço da mancha urbana e das atividades turísticas na região (Chaveiro, 2010).

De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA, 2026) a cultura material do povo *Inỹ* (Karajá) extrapola a simples produção de artefatos, configurando-se como a materialização de sua cosmologia e de sua profunda interação com o território, os recursos do Cerrado e do rio Araguaia. As práticas como a cestaria, a tecelagem em algodão e o uso de madeiras e conchas evidenciam um refinado manejo dos recursos disponíveis no Cerrado. Essa essencial relação com o território também se expressa no próprio corpo, compreendido como suporte de afirmação identitária. O grafismo corporal, feito com o uso de pigmentos naturais a exemplo: o jenipapo, urucum e fuligem, atua como um forte demarcador social. Contudo, o confinamento territorial impõe rupturas severas a essas tradições.

Nesse contexto o tradicional omarura, incisão de dois círculos faciais, realizado na puberdade, foi substituído apenas pela pintura durante os rituais, em reflexo direto ao racismo e à discriminação impostos pela sociedade não indígena, que historicamente marginaliza as identidades indígenas. De modo semelhante, a degradação ambiental do território tem impactado drasticamente a arte plumária, elemento vital para a espiritualidade e para os ritos de passagem masculinos, cuja confecção foi reduzida devido à escassez e dificuldade de captura de aves nativas, em seu território.

Assim evidenciando o cenário de contínuas pressões socioterritoriais, de maneira que as mulheres *Inỹ* (Karajá) surgem como protagonistas centrais na articulação da (re)existência identitária do povo, tendo na arte da cerâmica um de seus principais elementos. O ato de confeccionar as *Ritxoko*, tradicionais bonecas de barro, (conhecidas popularmente pelos não indígenas, como ‘bonecas Karajá’), prática de domínio exclusivamente feminino, ultrapassa o caráter recreativo ou de obra artística e utilitária, para se estruturar enquanto organismo pedagógico. As cenas do cotidiano, de rituais e da cosmologia ancestral que se dá a socialização das novas gerações. A arte cerâmica também foi ressignifica estrategicamente para a subsistência e a autonomia econômica do povo frente ao intenso fluxo turístico nas praias de Aruanã (GO) durante os períodos de estiagem.

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

Se, por um lado, o convívio tensionado com a sociedade não indígena, impôs adaptações materiais às peças, evidenciadas no aumento de sua escala e na incorporação de tinturas industriais, por outro, as jovens ceramistas subvertem a lógica assimilacionista (ISA, 2026). Ao resguardarem os padrões figurativos originais, inerentes ao seu povo, reelaborando na cultura material um ato contínuo de salvaguarda, reafirmando a soberania *Inỹ* (Karajá) contra o apagamento imposto pelo avanço dos agentes hegemônicos que pressionam suas fronteiras físicas e simbólicas.

Esse cenário demonstra os conflitos linguísticos, territoriais e socioculturais existentes no Cerrado goiano entre os *Inỹ* (Karajá) e a lógica do capital. O avanço da cidade, do turismo e dos interesses imobiliários promovem o cerco da TI e dificultam a (re)produção da vida indígena naquela porção do Cerrado. Essa região constitui parte indissociável de seu itinerário territorial histórico, espaço vital de onde retiram a base para sua alimentação e para a confecção de sua cultura material.

A partir do trabalho de campo, da análise cartográfica e do referencial teórico apresentado, identifica-se que o confinamento territorial implica, em um nítido cerco socioterritorial imposto ao povo *Inỹ* (Karajá). Historicamente, esse povo possuía dinâmicas de multiterritorialidade que abrangiam um repertório geográfico bem mais extenso do que o atual. Como exemplo dessa mobilidade sazonal, relatos evidenciam que, durante os períodos de seca, esse povo estabelecia-se nas praias e áreas adjacentes ao leito do rio Araguaia, ao passo que, nas épocas de cheia, deslocavam-se para as terras mais elevadas do Cerrado.

Na tessitura do tempo, a territorialidade do povo Inỹ (Karajá) não se restringia a espaços limitados e demarcados, mas desdobrava-se por uma vasta região no Vale do Araguaia e na Bacia do Rio Tocantins. Essas áreas compunham um amplo repertório territorial, onde esse povo vivia, caçava, pescava, praticava a agricultura de subsistência e coletava recursos naturais essenciais para alimentação, a confecção de ferramentas, de utensílios e para a elaboração de sua rica cultura material e artesanato.

Contudo, o cenário contemporâneo do povo *Inỹ* (Karajá) em Aruanã (GO), revela o tensionamento dessa multiplicidade, uma vez que o cerco socioterritorial imposto pelo capital tenta substituir o fluxo das territorialidades tradicionais pela rigidez do confinamento. Esse esforço de imposição neocolonial, que historicamente buscou enquadrar o espaço em limites rigorosos e cartesianos, estendeu-se também ao campo simbólico, linguístico e comunicativo.

Ao que se refere a dimensão das línguas indígenas Santiago (2000) demonstra as dificuldades e os processos de resistência dos povos indígenas da América Latina em adotar a escrita e a linguagem europeias, especialmente no contexto da cristianização. O autor descreve como a língua europeia, no caso dos indígenas brasileiros, o português, não se solidificava nas práticas desses povos, permanecendo muitas vezes efêmera e restrita à oralidade. Assim, as narrativas indígenas preservaram-se por meio de suas tradições orais, resistindo à imposição do código linguístico e documental europeu como forma de salvaguardar sua identidade e autonomia.

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

Frente a essa pressão, os *Inỹ* (Karajá) articulam estratégias de resistência para a manutenção e transmissão de seus saberes ancestrais, utilizando sua língua materna, *Inỹrybé*, 'a fala do nosso povo', tanto na modalidade oral quanto na escrita, como ferramenta para salvaguardar suas memórias. Atualmente, essa defesa da autonomia linguística materializa-se por meio de apropriações estratégicas no ambiente educacional. Nesse sentido, a escola *Inỹ* (Karajá) 'Colégio Estadual Indígena Maurehi' configura-se como um espaço de fronteira e trânsito. Nela, os estudantes *Inỹ* (Karajá) apropriam-se do português e do *Inỹrybé* (sua língua materna), além de uma língua estrangeira, o inglês. O ensino dos idiomas não indígenas ocorre, portanto, em um cenário invariavelmente trilíngue. Essa dinâmica garante a instrumentalização dos estudantes para lidar com a sociedade não indígena sem consolidar o apagamento de seu território linguístico. Cumpre ressaltar que o Colégio Maurehi acolhe estudantes pertencentes ao povo *Inỹ* (Karajá), bem como alunos não indígenas que residem na cidade de Aruanã (GO).

Nesse contexto de resguardo identitário, as narrativas *Inỹ* (Karajá) privilegiam a oralidade como o veículo primordial para a transferência de conhecimentos, histórias e modos de vida entre gerações. Essa tradição oral não é apenas um meio de comunicação, mas um pilar fundamental para a preservação da memória coletiva e da identidade do povo. Ao reafirmarem o valor de suas próprias narrativas, os *Inỹ* (Karajá) manifestam uma resistência ativa à imposição de códigos linguísticos externos, refletindo a busca por autonomia e pela integridade de suas raízes. Essa postura contrapõe-se ao silenciamento histórico vivenciado desde a chegada dos colonizadores, reafirmando o direito de narrar sua própria história sob sua própria perspectiva.

E o cerco socioterritorial imposto aos *Inỹ* Karajá é algo transcende a dimensão físico-espacial, atingindo profundamente a esfera cultural. Sua TI encontra-se confinada territorialmente por fazendas e pelo avanço do agronegócio, o que limita severamente o acesso aos recursos do Cerrado. Somado a isso, a expansão urbana de Aruanã (GO), impulsionada majoritariamente pelo turismo, acaba por impor modelos socioculturais, cosmológicos e simbólicos desconexos às tradições ancestrais.

A realidade observada, no caso dos *Inỹ* (Karajá) em síntese evidencia o que os povos outros povos indígenas goianos e as comunidades tradicionais cerradeiras enfrentam e permanecem em uma luta contínua pela manutenção de seus modos de vida, baseados no uso comum e sustentável dos recursos do Cerrado. Como destaca Almeida (2019), essa busca pela sobrevivência confronta-se diretamente com um modelo de desenvolvimento capitalista predatório. O avanço da agricultura moderna, o desmatamento sistemático e a construção de barragens que inundam territórios ancestrais não representam apenas impactos ambientais, mas ameaças existenciais a esses grupos. Portanto, a preservação do Cerrado e a garantia dos direitos territoriais desses povos e comunidades são indissociáveis; sem o reconhecimento de suas territorialidades, o que se projeta é o aprofundamento do silenciamento e do extermínio de saberes que são vitais para a própria integridade do Cerrado

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

Considerações Finais

As reflexões e os apontamentos iniciais tecidos neste artigo indicam que o território do Cerrado goiano se constitui de elementos materiais e imateriais vitais para os povos indígenas que o habitam. Em determinados momentos, torna-se perceptível a presença mais contundente de um desses elementos em relação aos outros: enquanto para a sociedade não indígena o território é percebido primordialmente por seus aspectos físicos e mercadológicos, para os povos indígenas existe a primazia das dimensões simbólicas e subjetivas, embora ambas se perpassem. Essa percepção implica diretamente na forma como os interlocutores interagem e se inter-relacionam com o espaço. No caso do povo *Inỹ* (Karajá), evidencia-se uma relação milenar que é a base de sua cultura, de seu modo de vida e de seus meios de subsistência.

A contínua (re)existência do povo *Inỹ* (Karajá) no Cerrado reflete a inseparabilidade entre a afirmação identitária de sua autodenominação e a defesa territorial. Parte de uma população de 6.123 indígenas no vale do Araguaia (IBGE, 2023), é na escala local de Aruanã (GO), especificamente por meio da apreensão das vivências dos interlocutores territorializados nas aldeias *Buridina* e *BdèBure*, que essa resistência se concretiza empiricamente, por meio da salvaguarda de suas práticas culturais contra o histórico confinamento territorial além do cerco socioterritorial.

O povo *Inỹ* (Karajá) consolidou, ao longo de séculos de presença no Vale do Araguaia, não apenas uma apropriação física e material do Cerrado e de suas águas, mas também uma profunda apropriação simbólica e subjetiva desse território. Seus itinerários tradicionais foram sistematicamente expropriados, processo iniciado com a chegada dos primeiros exploradores, ampliado pela política colonial de aldeamentos e agravado pela incursão histórica de mineradores e grileiros.

Atualmente, como demonstrado nesta primeira imersão a campo, os *Inỹ* (Karajá) enfrentam novas facetas de um cerco socioterritorial impulsionado pelo avanço do agronegócio e de empreendimentos turísticos predatórios. Diante da pressão incessante do capital sobre suas terras remanescentes, esse povo (re)existe, mobilizando seus saberes ancestrais para resguardar suas moradias, garantir sua subsistência e salvaguardar sua cosmologia e seus modos de vida singulares. Nesse movimento, os *Inỹ* (Karajá) reafirmam o valor de sua própria epistemologia, em nítida ruptura com as imposições do saber eurocentrado.

O Cerrado e as águas do Araguaia transfiguram-se em elementos intrínsecos, um espaço vivido, de suma importância para a construção identitária dos *Inỹ* (Karajá), constituindo-se como o alicerce de sua territorialidade e o palco de seus encontros ancestrais. Para esse povo, o Cerrado não é um recurso externo, mas uma extensão da própria existência, onde cada lugar carrega uma memória e um saber. Os *Inỹ* (Karajá) continuam contribuindo de forma vital com a sociedade ao preservarem conhecimentos profundos sobre o equilíbrio desses ecossistemas; seus saberes, práticas e cosmologias não são apenas relíquias do passado, mas tecnologias decoloniais de vida essenciais que devem ser respeitadas e protegidas contra o apagamento.

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

A cultura material do povo *Inỹ* (Karajá), portanto, extrapola a dimensão utilitária para se consolidar como a própria materialização de sua cosmologia e afirmação identitária. Contudo, o histórico cerco socioterritorial, impulsionado pelo racismo, pela degradação ambiental e pelas pressões das atividades econômicas locais, impõe rupturas severas a tradições ancestrais, como o grafismo corporal e a arte plumária. Nesse contexto de rupturas, as mulheres *Inỹ* (Karajá) emergem como protagonistas e um vetor central de (re)existência.

Ao ressignificarem a confecção pedagógica e econômica das cerâmicas *Ritxoko* diante do intenso fluxo turístico, essas ceramistas subvertem a lógica assimilacionista e acionam a memória como ferramenta de gestão territorial. Evidencia-se, assim, que a expansão urbana e os interesses imobiliários e turísticos tencionam o espaço vital do Cerrado, mas esbarram na capacidade contínua deste povo de reelaborar suas práticas para garantir a (re)produção de sua vida e a soberania de suas fronteiras físicas e simbólicas.

As lutas, os conflitos e a resistência inabalável constituem as marcas históricas da trajetória do povo *Inỹ* (Karajá) no Cerrado goiano. A defesa de seu território tradicional, embora historicamente marcada por confrontos desiguais, manifesta-se atualmente na resistência ativa desse povo contra o avanço da especulação capitalista, que pressiona seus territórios remanescentes. Para os *Inỹ* (Karajá), a manutenção dessas terras não é apenas uma disputa fundiária, mas uma luta pela reprodução de um espaço vital que sustenta sua identidade.

Para o povo *Inỹ* (Karajá), a soberania territorial transcende a fronteira legal da Terra Indígena (TI); ela manifesta-se no livre acesso aos rios, aos seus lugares sagrados e no fortalecimento de um modo de vida que exige a saúde de todo o território tradicional, rejeitando o confinamento imposto pelo cerco do capital e pela rigidez das demarcações do Estado. O uso da língua *Inỹrybé* torna-se um ato contínuo que reafirma a resistência desse povo contra o epistemicídio.

Os dados preliminares atestam que o povo *Inỹ* (Karajá) não é composto apenas por sobreviventes passivos, mas por interlocutores ativos que estão impondo sua presença no Cerrado por meio do artesanato, da política e da ocupação do rio e dos ambientes educativos, reafirmando os seus territórios. Esse povo enfrenta situações opressoras e (re)cria formas de vida mesmo sob pressão, deixando o caminho aberto para as etapas subsequentes desta pesquisa, que continuarão a desocultar as dinâmicas dessa (re)existência.

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

Referências

ALMEIDA, M. G. de. Retratos para a Unesco da Reserva da Biosfera do Cerrado – Resbio Goyaz: Suas paisagens culturais e identidades territoriais. In. Boletim Goiano de Geografia, [S. l.], v. 39, p. 1–19, 2019. DOI: 10.5216/bgg.v39i0.59401. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/59401.Acesso em: 10 dez. 2024.

CHAIM, M. M. Aldeamentos indígenas (Goiás 1749-1811). 2. ed. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, 1983.

CHAVEIRO, E. F. Cerrado e território: conflitos socioespaciais na apropriação da Biodiversidade – os povos indígenas Karajás, Aruanã-Go. In. Revista Ateliê Geográfico, Goiânia, GO, v.4, n.1, 2010. Disponível em: http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/16683. Acesso em: 28 nov. de 2024.

FILOCHE, G.; LIMA, S. C. de. Consolidação ou fragmentação do território: os usos do conceito 'saberes tradicionais' entre os Karajá de Aruanã-GO. In. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 59-80, abr. 2013. DOI: 10.5216/ag.v7i1.9391. Disponível em: https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/9391. Acesso em: 15 mar. 2026.

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Geoprocessamento. Brasília, DF, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas/geprocessamento. Acesso em: 15 fev. 2026.

GOIÁS. Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG). SIEG Downloads. Goiânia, 2026. Disponível em: http://www.sieg.go.gov.br/siegdownloads/. Acesso em: 15 fev. 2026.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf. Acesso em: 10 de dez. de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2022: indígenas: primeiros resultados do universo: segunda apuração. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Malhas territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html. Acesso em: 15 fev. 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Inỹ Karajá. Povos Indígenas no Brasil, São Paulo, 2026. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Iny_Karaj%C3%A1#Arte_e_cultura_material. Acesso em: 4 mar. 2026.

LIMA, S. C. A permanência do estranho: os Karajá, os Tori e as disputas territoriais do cerrado goiano. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudo Sócioambientais. Universidade Federal de Goiás. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.

MELO, A. B. de. A política indigenista pombalina na capitania de Goyaz: o tempo de rendição (1772-1783). 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/1488. Acesso em: 15 mar. 2026.

MIGNOLO, W. D. A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. Geographia, Niterói, v. 4, n. 7, p. 5-45, 2002.

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, W. D. Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOURA, M. C. O. Aldeamento Carretão: "marco zero" da história das relações interétnicas dos tapuios. Dimensões, Vitória, v. 18, p. 28-48, 2006a. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2436. Acesso em: 15 mar. 2026.

MOURA, M. C. O. Os Tapuios do Carretão. In. MOURA, Marlene Castro Ossami de. (coord). Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural. Ed. da UCG/Ed. Kelps. 2006b.

OLIVEIRA, E. C. de. As representações do medo e das catástrofes em Goiás. 2006. 372 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/1976. Acesso em: 15 mar. 2026.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In. SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-118.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In. LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RAVAGNANI, O. M. A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos. Perspectivas, São Paulo, v. 9/10, p. 119-143, 1986/1987. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1866. Acesso em: 15 mar. 2026.

RAVAGNANI, O. M. Aldeamentos Goianos em 1750 - Os Jesuítas e a mineração. In. Revista de Antropologia. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais. 1987. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aravagnani-1992-aldeamentos/Ravagnani_1992_AldeamentosGoias1750JesuitasMiner.pdf. Acesso: em 15 de dez. de 2024.

RIBEIRO, R. F. Florestas anãs do Sertão: o Cerrado na História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RODRIGUES, A. D. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada,[S. l.], v. 9, n. 1, 2019. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45596.Acesso em: 15 mar. 2026.

SANTIAGO, S. Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. Disponível em: https://portalbiblioteca.ufra.edu.br/images/Ebook/letrasportugues/umaliteraturanostopicos.pdf. Acesso em: 15 mar. 2026.

SANTOS, B. de S. La globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación. Bogotá: ILSA; Universidade Nacional da Colômbia, 1998.

SILVA, J. A. F. Terras e Territórios Indígenas: dilemas, avanços e dificuldades na demarcação e garantia dos direitos dos Povos Indígenas no Brasil atual. In. Habitus. Goiânia, v. 7, n. 1/2, p. 45-74, jan./dez. 2009.

| ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |
DOI: https://doi.org/10.5216/teri.v16i1.85582

SILVA, L. G. da; LIMA, S. C. de; SOUZA, E. A. Povos Karajá, Tapuio e Avá-Canoeiro: desafios de (re)existência. In. Revista Temporis [ação], Cidade de Goiás, v. 18, n. 1, p. 146-171, jan./jun. 2018. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/6913. Acesso em: 15 mar. 2026.

TRINDADE, H. G. Populações tradicionais e Conflitos Socioambientais no Cerrado: o caso do Complexo de Unidades de Conservação de Terra Ronca-GO. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural). Universidade de Brasília, 2016.

VIEIRA, M. V. A conquista dos povos indígenas e o discurso da decadência nas narrativas de Goiás oitocentista. In. Métis: história & cultura, Caxias do Sul, v. 17, n. 34, p. 169-185, jul./dez. 2018. Disponível em: https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/6943. Acesso em: 15 mar. 2026.

VILELA, M. de F.; SOARES, Z. A. B.; WAGNER, E. Pesquisa, transferência de tecnologia e desenvolvimento do Cerrado. In: BOLFE, E. L.; SANO, E. E.; CAMPOS, S. K. (ed.). In. Dinâmica agrícola no cerrado: análises e projeções. Brasília, DF: Embrapa, 2020. cap. 4, p. 89-139. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1121716. Acesso em: 15 mar. 2026.

Este artigo está disponível em acesso aberto sob a Licença Creative Commons Attribution, permitindo uso ilimitado, distribuição e reprodução em qualquer formato, desde que a obra original seja devidamente creditada.